

A QUERELA ENTRE LINGÜISTAS E FILÓLOGOS¹

Antonio Martins de Araujo (ABF)

Para servir de pórtico e fecho a estas achegas de uma introdução ao tema que nos propomos, interessantíssimas são duas breves passagens de um modelar ensaio, que, em meados de nosso século, o foneticista e dialetólogo Göran Hammarström publicou em francês, no periódico *Studia neophilologica*, sob o título *Graphème, son et phonème dans la description de vieux textes*.

Aí então denuncia (passamos a traduzi-lo): “Na hora atual um abismo de incompreensão se abre geralmente entre os filólogos e os lingüistas.” Esse período serve como deixa para esta condenação que o completa:

Há cem anos os filólogos trabalham segundo um método que não foi alvo a não ser de melhoramentos insignificantes. As novas conclusões têm sido condicionadas antes pelo surgimento de novos pormenores do que por uma renovação do método. Em suma, os filólogos têm geralmente desdenhado da utilização das conquistas dos lingüistas (p.1).

Isso ele escreveu em meados do século (repite) e vem ecoando desde então pelo mundo afora.

Alguns anos antes desse célebre artigo, consagrava-se o seguinte conceito proposto por José Leite de Vasconcelos para Filologia Portuguesa: “O estudo de nossa língua em toda a sua amplitude, e o dos textos em prosa e verso, que servem para a documentar”. (*Lições de filologia portuguesa*, Lisboa, 1926).

O saudoso mestre brasileiro Mattoso Câmara Jr., introdutor da Lingüística em nosso idioma, em seu conhecido glossário de *Filologia e gramática referente à Língua Portuguesa* (J. Ozon, 1964, 2.^a ed.), “puxa brasa para sua sardinha”, e comete esta falácia ao interpretar aquele conceito. Diz o lingüista: “O que vem a ser o estudo lingüístico, especialmente diacrônico, focalizado no exame dos textos escritos em vez da pesquisa na língua oral por inquérito com informantes.”

Ao interpretar a definição de Leite de Vasconcelos, o saudoso membro da Academia Brasileira de Filologia pôs palavras que o autor das *Lições* não disse. Tanto isso é certo, que nos dois volumes de seus próprios *Estudos de philologia mirandesa* publicados em 1901 pela Comissão Executiva do Centenário da Índia, escutou informantes, realizou pesquisas de campo e utilizou textos literários para estabelecer a gramática daquele dialeto lusitano. Enfim, ninguém mais do que ele, à época, esquadrinhou,

¹Republicado, por incorreções, na ed. do n.º 13 deste periódico.

identificou, classificou e descreveu os dialetos portugueses insulanos e continentais.

Por conseqüência dessa tradição universitária, em minha juventude, nos anos 50, habituei-me a ver o campo da Filologia Portuguesa tal como foi descrito por Carolina Michäelis de Vasconcelos em suas *Lições de Filologia*. Leio-a pela edição de 1956.

*Estudo científico, histórico e comparado da língua nacional em toda a sua amplitude, não só quanto à gramática (fonética, morfologia, sintaxe) e quanto à etimologia, semasiologia, etc., mas também como órgão da literatura e como manifestação do espírito nacional.*²

Assim sendo, desde então venho resistindo a limitar o campo de abrangência da Filologia simplesmente ao estudo dos textos, como sói acontecer por parte de alguns filólogos de cá e de lá. Quanto a isso, tenho procurado caminhar nas pegadas da sábia romanista luso-saxônica, apesar de incorporar as reconhecidamente produtivas conquistas da Lingüística:

Nos tempos grego-romanos, a Filologia era apenas o estudo dos textos, já que ainda não se havia descoberto a importância capital dos estudos das falas populares. Hoje, entretanto, com o desenvolvimento científico iniciado por Bopp e outros sábios, a Filologia abrange, além de perspectiva histórica da língua, até os assuntos puramente sincrônicos, isto é descrições de estudos da língua. (id., ibid.)

Por ainda não estar naquela época sedimentada a nova ciência da Lingüística, nem ainda possuir o perfil epistemológico que hoje ostenta, chegaram a editar-se volumes de coletâneas de artigos sobre lexicologia, gramática, ortografia e até filologia com o rótulo de lingüística. As pessoas que, nos dias de hoje, inadvertidamente não acompanharam a história dos acontecimentos e da cultura, nem a evolução semântica das palavras varejando nosso século, até poderão falar aí de “propaganda enganosa”.

É o caso dos *Estudos de lingüística* publicados por João Xavier Fernandes, em 1940, pela Ed. Educação Nacional do Porto. Não admira a apropriação do termo. Embora Charles Bally e Alberto Sechehaye hajam organizado e publicado as notas de aula de seu mestre suíço Ferdinand de Saussure, sob o título *Cours de Linguistique Générale* em 1916, vale dizer, em meio à 1.^a Guerra Mundial, somente após o fim da 2.^a Guerra é que a Lingüística Estruturalista toma corpo.

Como se poderá ver na *Apresentação* que o saudoso confrade da A.B.F. filólogo-lingüista Sílvio Edmundo Elia fez à obra do confrade Castelar de Carvalho – *Para compreender Saussure* – já na 9.^a ed., sob o selo da Vozes, Godel publicou suas *Sources manuscrites du Cours de Linguistique Générale*, em 1967, Tullio de Mauro publicou em Bari

² *Apud* SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*. S. Paulo : Cia. Editorial Nacional, 1956, p. 15-16.

tradução italiana do *C.L.G.* repleto de exegeses aclaradoras e complementares; em 1968, Rudolf Engler publicou sua monumental edição crítica da obra que iria mudar os rumos da Lingüística; e, em 1968, seu *Lexique de la terminologie saussurienne*; em 1970, R. Simone deu a lume em Roma sua *Introduzione al 2.º corso di Linguistica Generale* (1908-1909); em 1975, René Amacker publicou sua *Linguistique saussurienne*, em que pôs em relevo o aspecto hipotético-dedutivo do *C.L.G.*, cujos teoremas ainda careciam de demonstrações concretas na língua.

Com o deslumbramento diante da Aldeia Global e a nova Canaã prometida por Mac Luhan, inventou-se uma bobagem chamada Comunicação e Expressão, que afinal não deu em nada. Pedagogos que não tiveram tempo e/ou interesse de aprender português, e até professores ditos do Vernáculo iniciaram uma injusta cruzada contra a Gramática Normativa. Chamar-se alguém de gramático, de filólogo e de erudito era um tanto pejorativo. Isso criou em certas aulas de português um certo teatro do absurdo em que todos os idioletos, falares e gírias, em nome do direito à liberdade de expressão, a maioria dos estudantes do 1.º e 2.º grau saía sem dominar a norma culta dos professores, mas muitos destes dispuseram de farto material para suas dissertações de mestrado e teses de doutoramento sobre os desvios das redações escolares.

Só um lingüista de frágil formação humanística necessita apelar para o combate à gramática e aos gramáticos, às normas cultas de uma nação, para pôr de pé suas próprias doutrinas. Todos sabemos que há gramáticas simplesmente descritivas; e gramáticas normativas que divulgam o bom uso do idioma. Quantas línguas indígenas ainda carecem de gramáticas que lhes descrevam as estruturas antes que a civilização dos dominadores as silencie para sempre! Ultimamente desenvolvem-se esforços no projeto da Norma Urbana Culta, no sentido de traçar uma gramática do português falado no Brasil.

Escutemos o que nos diz John Lyons a respeito do ensino gramatical nas escolas:

Ao distinguir descrição a prescrição, o lingüista não nega que exista nos estudos lingüísticos um lugar para a prescrição.

Há vantagens óbvias de ordem administrativa e educacional em termos um padrão literário relativamente uniforme. O que o lingüista defende é que o próprio padrão literário está sujeito a mudanças.

O lingüista não nega haver em nossas escolas um lugar para o estudo dos usos literários da língua. Muito menos, busca ele invadir o campo da crítica literária.

Esse ponto tem sido muitas vezes mal compreendido pelos críticos da lingüística.³

2 LYONS, John. Introdução à lingüística teórica. (trad.) S. Paulo, Cia. Editorial Nacional e Editora da Universidade de São Paulo, 1979, p. 44.

Quando Lyons declara não ser objeto da lingüística a análise literária (por extensão, compreende-se também a Estilística), ele está consciente de que sua tarefa epistemológica consiste em procurar construir teorias científicas da estrutura da linguagem humana (*id. ibid.*, p. 46).

Embora ele considere que a Lingüística é antes descritiva que normativa, em outra obra sua já deixara claro seu ponto de vista em relação ao escopo prescritivo de um certo tipo de gramática. Traduzo-lhe o trecho em tela:

*Insistamos em que, ao distinguir as gramáticas descritivas, das gramáticas normativas, o lingüista não pretende negar o papel dos estudos normativos da língua, nem que não possa haver boas razões culturais, sociais ou políticas de promover um dado falar (parler) a despeito dos outros. Nossa norma literária relativamente uniforme notadamente oferece evidentes vantagens administrativas e educativas.*⁴

E o que não dizer do português que se fala em Angola ou Moçambique? Não é só no nível lexical que as línguas nativas têm interagido com o português e europeu. A caprichosa morfossintaxe das línguas nativas (banto, ioruba, etc.) ao interagir com o português vai deixando neste suas marcas ancestrais e arquetípicas. Para apenas citar um caso, lembre-se a frase do português de Angola citada por Paul Teyssier à p. 95 de sua breve *História da Língua Portuguesa*: – O João, lhe bateram na mãe dele –, que, vertida para a morfossintaxe europeia, daria: A mãe de João bateu nele.

São mudanças morfossintáticas dessa natureza ocorrentes na língua falada que reclamam uma descrição, o mais possível completa, da norma angolana e da norma moçambicana na utilização do português como língua veicular de cultura. As pesquisas levadas a termo nesse sentido ainda são muito parciais e embrionárias. Em 1991, junto à Universidade de Lisboa, a Profa. Maria Perpétua Morgado Gonçalves teve aprovada sua tese de doutoramento, sob o título *A construção de uma gramática do português em Moçambique – Aspectos da estrutura argumental dos verbos*.

Na especialidade de Lingüística Portuguesa, trata-se de um estudo da Teoria da Regência e da Ligação, sob a ótica do “modelo parametrizado da gramática nuclear de Chomsky 81, mais especificamente a forma como se processa a aquisição da linguagem” (p. 421, texto policopiado). Em suas conclusões, a tese “revela a introdução no Português de estratégias gramaticais, que privilegiam os constituintes [+HUM]” (*id., ibid.* p. 412) e

3 *Souligons qu'en distinguant les grammaires descriptives et les grammaires normatives, le linguiste ne pretend pas nier le rôle des études normatives de la langue, ni qu'il ne puisse exister de bonnes raisons culturelles, sociales ou politiques d'encourager un parler donné aux dépens d'autres. une norme littéraire relativement uniforme offre notamment des avantages administratifs et éducatifs évidents.* (*id., ibid.*, p. 36).

seu *corpus* tanto lança mão de frases oralizadas, como escritas por falantes que têm o português como segunda língua.

Com a dupla face desse *corpus* a autora não se limita ao estudo da elaborada língua literária, mas capta a língua viva falada em plena ebulição. Com a soberania conquistada em data recente (1974) talvez se possa fazer coro com a lingüista Juliete Gamardi e reclamar uma lingüística prescritiva para as jovens nações lusófonas da África. Ouçamo-la:

*A busca de uma teoria para a planificação lingüística reabriu debates que nunca estiveram definitivamente fechados, aqueles em que se opõem os pontos de vista descritivo e prescritivo, a investigação fundamental e a investigação aplicada. Quando se trata de mudar ou modelar sistemas (fonológicos, gramaticais ou lexicais), os planificadores e os lingüistas das novas nações da África e da Ásia têm mais necessidade de uma lingüística prescritiva do que de uma lingüística descritiva ou até preditiva, e se a lingüística moderna não o admitir terá pura e simplesmente falhado.*⁵

Essas, as carências gramaticais e lingüísticas afro-asiáticas. E as carências luso-brasileiras? Retornemos à Filologia.

Convenhamos que ao filólogo moderno deste final de século em que se deu o *boom* da comunicação de massas lhe tenha sido reservada como principal tarefa a de editar textos antigos e modernos.

Ainda que assim possa vir a acontecer neste mundo tão solidarizado através do ciberespaço, em que a conquista maior das ciências, tem sido a interface praticada entre ciências afins e até distanciadas entre si, não será diminuta a responsabilidade do filólogo, visto que não poderão resultar estanques entre si as Ciências da Linguagem.

Caso deseje editar textos portugueses medievais não-literários, além da História e da Lingüística Histórica, ele terá de se cercar de conhecimentos de paleografia, diplomática, codicologia, bibliografia material e dos cânones eccléticos (crítica textual).

Apesar das recomendações de normatização desses textos por parte de Carolina Michäelis de Vasconcelos (Cursos coimbrenses de 1911 e 1912), Serafim da Silva Neto (1956 e 1977), Antônio Houaiss (1967), Eduardo Borges Nunes (1969), do *Boletim de Filologia* (1973) e do Padre Avelino de Jesus da Costa (1977), não há um tratado institucional de normalização crítico-textual nem em Portugal nem no Brasil. Praticamente cada editor cria seu próprio método, ou segue o de outro editor de texto da época que pretende editar. A bem da verdade, não acompanhamos o ritmo de editoração dos textos medievais galego-portugueses, como em França, Inglaterra, Itália e Alemanha vêm editando criticamente seus próprios textos medievais e alheios.

⁵ GAMARDI, Juliete. *Introdução à sociolingüística*. (trad.) Lisboa, Dom Quixote, 1983, p. 200-201.

O caso do Brasil é um tanto diferente. Com menos de dois séculos de literatura genuinamente nacional, durante a Idade Média do mundo ocidental, nossos índios apenas trataram de se multiplicar. Por falarem línguas ágrafas, não nos deixaram testemunhos de sua literatura. Todavia, com a chegada ao Brasil dos milhares de documentos que, do Arquivo Histórico Ultramarino, nos vão chegando através de rolos de microfilmes, é bom que os filólogos e historiadores nos aprestemos para avaliar a possibilidade de editar o que ainda não houver sido editado em Portugal.

Como se pretendesse decretar a morte da Filologia, nenhum verbete a ela é dedicado por um bom número de glossários e dicionários de Lingüística. Cito-lhes a 1.^a edição: nem o *Dic. Enciclopédico das Ciências da Linguagem*, de T. Todorov e O. Ducrot (SP, Perspectiva, 1977), nem o *Dic. Lingüística*, de Jean Dubois *et alii*, orig. francês (SP, Cultrix, 1989); nem o de *Lingüística moderna – Terminología y bibliografía*, original alemão da Werner Welte traduzido para o espanhol por Francisco Meno Blanco (Madrid, Gredos, 1985) o mencionam.

Entre nós, as várias edições do *Dicionário Gramatical Globo*, cujo 1.^a ed. é de 1953 e mereceu várias edições (posso a 3.^a, de 1962) os verbetes da Gramática da Língua Portuguesa foram da responsabilidade de Silvio Edmundo Elia, que vem de deixar nosso convívio. No verbete *Filologia*, o autor, além de fazer um histórico da evolução semântica do termo, estabelece novos limites para essa ciência: – estudo dos fatos da linguagem incorporados a uma tradição escrita. Segundo nossos lingüistas, o filólogo, ao proceder às edições dos textos de outrem terá de acumular as funções próprias da Crítica Textual, propriamente dita, com as da Crítica Literária. Embora se confessasse fiel à Estilística Idealista vossleriana, nesse verbete o saudoso mestre não comete ao editor crítico mais esta tarefa, que lhe reputamos adequada, a de estilicista (passe o termo).

Assim sendo, para Silvio Elia, ao filólogo hodierno cabe apenas a responsabilidade de editar textos segundo as boas normas da textologia, o que reputamos limitar-lhe por demais o campo. Di-lo-emos adiante por quê.

Celso Ferreira da Cunha, primeiro gramático, depois filólogo-lingüista brasileiro dos mais respeitados pela comunidade acadêmica européia, em sua comunicação ao *Colóquio Internacional de Crítica Textual Portuguesa*, realizado em Paris, em outubro de 1981, lembrava:

“Ainda há poucos anos Paul Valentin em sua excelente *Phonologie de l’allemand ancien: les systèmes vocaliques*, advertia ‘*Il faut être philologue avant d’être linguiste*’, pois, em verdade, as principais tarefas da Filologia se identificam com as da lingüística histórica.”⁶

⁶ CUNHA, Celso Ferreira da. Sobre o texto e a interpretação das Cantigas de Martin Codax: in *Critique textuelle portugaise. Actes du Colloque*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1986, p. 65.

Depois de lembrar que respeitadas lingüistas foram também excelentes filólogos, e de dizer que, embora seja mais conhecido como lingüista, Roman Jakobson é o conspícuo editor crítico de *Slovo* (a gesta do príncipe Igor), reclamava dos editores críticos de textos a necessidade de imitarem os filólogos da escola italiana, que enriquece a Ecdótica, com aportes da Semiótica, da Lingüística e da Teoria Literária.

Diante do exposto e para concluir, vale indagar se, no pódio das ciências sociais, há um degrau para a Filologia, ao lado da História e da Lingüística. Com a palavra o Prof. Dr. Anthony Julius Naro:

Em vista do grau relativamente adiantado de desenvolvimento e da maior maturidade da área de filologia no Brasil, poderia ser vantajosa para a lingüística uma integração e cooperação entre as duas linhas de trabalho, sempre que as competências profissionais de ambas fossem rigorosamente respeitadas. Os lingüistas teriam de evitar a tentação de rotular os filólogos como um bando de colecionadores pré-científicos de dados, como se esses últimos fossem incapazes de pensamento racional, enquanto que os filólogos teriam de evitar a tentação de impor aos lingüistas seus métodos de orientação empírica, abrindo-se a idéias novas teoricamente motivadas.⁷

Ao fim e ao cabo, ainda teremos muito trabalho pela frente.

⁷ NARO, Anthony Julius *et alii*. *Tendências atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil*. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1976, p. 102.